

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 8 a 12 de novembro, em Brasília.

DESAFIOS DO GOVERNO NO STF & NO SENADO

O Governo terá desafios mais delicados nesta semana, especialmente envolvendo o STF. A decisão liminar da ministra Rosa Weber, do STF, de suspender “integral e imediatamente” a execução das “emendas do relator” do Orçamento de 2021 pode interferir não somente na votação da PEC dos Precatórios – *ainda pendente de apreciação em 2º turno na Câmara* – como também na própria capacidade de articulação do Executivo junto aos parlamentares.

As emendas do relator têm sido utilizadas como instrumento de negociação em matérias importantes. Apesar das críticas feitas sobre esse mecanismo, as emendas parlamentares sempre foram objeto de negociações entre Executivo e Legislativo, não apenas no nível federal, mas também no nível estadual e municipal – *no estado de São Paulo, por exemplo, existem as chamadas “emendas voluntárias”, também negociadas com parlamentares durante votações prioritárias para o Governo.*

Embora tenham sido “suspensas”, o Plenário do STF pode dar outro encaminhamento para as emendas. O julgamento da matéria foi marcado para terça (9) e quarta (10) e a tendência é que o tribunal mantenha a previsão dessas emendas,

mas determine critérios mais rígidos quanto à transparência e publicidade conferida a esses instrumentos, sobretudo no que diz respeito ao parlamentar beneficiado e à destinação prevista dos recursos.

Na Câmara, a continuação da votação da PEC dos Precatórios está indefinida. A recente decisão do STF sobre as emendas do relator e os questionamentos sobre a tramitação da matéria – *como a permissão para deputados votarem remotamente* – podem interferir na previsão inicial de votar a PEC nesta terça. Apesar disso, o Governo tem se articulado para ampliar a margem de votos favoráveis, contando com a presença de cerca de 60 deputados que não compareceram à sessão da última quarta (3) – *quando a proposta foi aprovada com apenas 4 votos a mais do que o necessário (308).*

Mesmo se aprovada na Câmara, a PEC deve enfrentar resistências no Senado. Alguns senadores já se manifestaram contra a proposta, argumentando que a PEC afeta a responsabilidade fiscal do Governo, uma vez que flexibiliza o Teto de Gastos. Nesse cenário, a PEC dos Precatórios pode ser mais um item importante para o Executivo a ficar travado no Senado – *como tem ocorrido principalmente com a Reforma do Imposto de Renda e com a indicação de André Mendonça para o STF.*

Destaque da Semana

Terça

- O [Plenário do STF](#) julga virtualmente as ações que pedem a suspensão da execução orçamentária das chamadas emendas de relator.

Quarta

- O [ministro Paulo Guedes](#) presta esclarecimentos à Câmara dos Deputados sobre movimentações financeiras no exterior através de *offshore* em paraíso fiscal.

Ao longo da semana

- A [Câmara dos Deputados](#) pode votar a [PEC 23/2021](#), que altera o regime de pagamento dos precatórios.
- O [Senado Federal](#) pode votar a [PEC 29/2020](#), que introduz a renda básica como direito social.
- O [Presidente Bolsonaro](#) anuncia até quarta filiação ao PL.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - **Jair Bolsonaro** se reuniu, nesta segunda (8), com o Bruno Bianco, Advogado-Geral da União. Ademais, reuniu-se com o secretário subchefe de assuntos jurídicos, Pedro Cesar Sousa (Secretaria-Geral da PR).

O presidente Jair Bolsonaro viajará, nesta sexta (12), para missão no Emirados Árabes, Bahrein e Catar, onde visitará a Expo 2020, em Dubai/EAU. Além disso, discursará no fórum Investe Brasil, nos Emirados Árabes, organizado pela Apex (Agência de Promoção de Exportação e Investimento), em 15 de novembro.

Agenda do Vice-Presidente - **Hamilton Mourão** viajou, nesta segunda (8), ao Cabo Verde, para prestigiar a posse do presidente José Maria Neves.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - **Paulo Guedes** participou, nesta segunda (8), da abertura do seminário “Mercado Digital Regional do Mercosul”, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e Ministério das Relações Exteriores, por videoconferência. Ademais, reuniu-se com o secretário, Diogo Mac Cord (Desestatização e Mercado).

Na quarta (10) o ministro comparece à reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para prestar esclarecimentos sobre suas movimentações financeiras no exterior através de offshore em paraíso fiscal.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - **Roberto Campos Neto** participou, nesta segunda (8), da abertura da 8ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio de vídeo gravado em 28 de outubro. Além disso, se reuniu com representantes da Stone e Arpex Investimentos, em São Paulo. Ademais, reuniu-se com interlocutores da Associação Zetta, em São Paulo.

Balança Comercial - Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 subiu de US\$ 70,10 bilhões para US\$ 70,25 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus - Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 subiu de 9,17% para 9,33%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de crescimento de passou de passou de 4,94% para 4,93% em 2021. O mercado financeiro manteve em 9,25% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 permaneceu em R\$ 5,50.

BNDES
Banco Nacional do Desenvolvimento

Agenda do presidente - **Gustavo Montezano** viajou, nesta segunda (8), para Glasgow/Escócia, onde participará da COP26.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - **Milton Ribeiro** se reuniu, nesta segunda (8), com a ministra chefe Flávia Arruda (Secretaria de Governo). Ademais, participou da 1ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por videoconferência.

MMA

Ministério do Meio Ambiente

Agenda do ministro - Joaquim Leite desembarcou, nesta segunda (25), em Glasgow/Escócia, onde cumprirá agenda na Convenção do Clima, COP-26, durante esta semana.

MME

Ministério de Minas e Energia

Agenda do ministro - Bento Albuquerque participou, nesta segunda (8), do encontro para o desenvolvimento regional, que visa debater as vocações, oportunidades, investimentos na região do Itaboraí/RJ.

Nesta terça (9), o ministro debaterá na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (SF), às 10h, as causas e os efeitos da crise hidroenergética no país.

Ademais, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (SF) decidirá sobre a convocação do ministro Bento Albuquerque para debater a política de preços dos combustíveis.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** poderá votar, entre outros, a [PEC 23/2021](#), que altera o regime de pagamento dos precatórios; o [PL 1026/2021](#), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA; e o [PL 2148/2015](#), que estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** poderá votar, entre outros, a [PEC 29/2020](#), que introduz a renda básica como direito social; e o [PL 589/2021](#), que dispõe sobre medidas de controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro.

Comissões

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Câmara | CCTCI | Segunda (8) | 14h30

Ciência no Brasil

Audiência Pública – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática promoveu audiência pública para debater a percepção da sociedade acerca da importância da Ciência para o País. Dentre os palestrantes o coordenador geral de Promoção do Ensino de Ciências do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), **Roberto Machado de Freitas**; secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), **Celso Pansera**; e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), **Renato Janine Ribeiro**.

Câmara | GTNET | Terça (9) | 15h00

<p>Fake News</p>	<p>Reunião Técnica – O Grupo de Trabalho (GTNET) destinado a analisar e elaborar parecer ao PL 2.630/2020 e apensados, que visa ao aperfeiçoamento da legislação brasileira referente à liberdade, responsabilidade e transparência na internet, promove reunião para <u>debate sobre o Relatório a ser apresentado pelo GT</u>. Dentre os convidados, tem-se: vice-presidente de Articulação Política da Federação Assespro, Christian Tadeu de Souza Santos; representante do Safernet, Thiago Tavares Nunes de Oliveira; e representante da ABA (a confirmar).</p>
<p>ECONOMIA</p> <p>Comparecimento Ministro de Estado da Economia</p> <p>Incentivos fiscais</p> <p>Banco do Nordeste</p>	<p>Câmara CFFC e CASP Quarta (10) 10h00</p> <p>Reunião de Comparecimento – As Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Trabalho, de Administração e Serviço Público promovem reunião de comparecimento do ministro de estado da economia, Paulo Guedes a fim de esclarecer suas <u>movimentações financeiras no exterior através de offshore</u> em paraíso fiscal.</p> <p>Câmara CFT Quarta (10) 11h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Finanças e Tributação promove audiência pública com o tema “<i>Resultados da política pública de incentivos fiscais</i>”. O evento contará com a participação da secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, Andreia Rocha Bello de Oliveira; e do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Scudeler Salto.</p> <p>Câmara CFFT Quarta (10) 17h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promove audiência pública para debater sobre os <u>programas de microcréditos do Banco do Nordeste</u> O evento terá dentre seus participantes representantes do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), so Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).</p>
<p>ENERGIA</p> <p>Crise hídrica</p>	<p>Senado CI Terça (9) 10h00</p> <p>Audiência Pública – A Comissão de Serviços de Infraestrutura promove audiência pública para entender a profundidade dos <u>problemas envolvendo a crise hídrica e as soluções o Governo Federal para precaução de possíveis racionamentos de energia</u>, bem como para prestar esclarecimentos acerca <u>das obras e programas prioritários</u> que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério. O evento terá como convidado o ministro de estado de minas e energia, Bento Albuquerque.</p>
<p>COVID-19</p> <p>Educação básica</p>	<p>Senado CECTCOVID Segunda (8) 14h00</p> <p>Audiência Pública – A Subcomissão Temporária da Educação na Pandemia promoveu audiência pública destinada a <u>avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica</u></p>

educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. O evento contou com a presença do diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE), **Charles Gonçalves Ferreira**; e presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), **Rozana Barroso**.

Política

Bolsonaro diz que passou a acreditar no voto eletrônico: “Será confiável”. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou na sexta-feira (5) que o sistema de votação eletrônica será seguro nas eleições de 2022 por causa do acompanhamento dos militares na comissão criada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). “Tenho tranquilidade, porque o voto eletrônico vai ser confiável ano que vem. Por quê? Porque tem portaria do presidente do TSE, o Barroso, convidando entidades para participar das eleições, entre elas as nossas, as suas Forças Armadas”, disse o presidente. Fonte: Poder 360

PEC dos Precatórios deve ser aprovada no 2º turno, diz relator. O relator da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios na Câmara, Hugo Motta, disse à CNN Brasil no domingo (7) que a proposta deve ser aprovada na votação do 2º turno, prevista para a terça-feira (9). O texto-base foi aprovado na 1ª votação com 312 votos favoráveis. A expectativa do deputado é de que a proposta seja aprovada com uma margem ainda maior no 2º turno. É necessário o apoio de pelos menos 308 deputados. “Na semana passada tivemos um quórum baixo de deputados e na próxima semana devemos ter uma participação maior”, disse Motta. Fonte: Poder 360

Vamos ter problemas no Senado, diz Bolsonaro sobre PEC dos Precatórios. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a defender a aprovação da PEC dos Precatórios e mostrou apreensão na tramitação do projeto no Senado. Disse que o “parcelamento [das dívidas da União] não é calote”. “Passou na Câmara no 1º turno e acho que passa no 2º, mas vamos ter problemas no Senado”, afirmou. A declaração foi feita em entrevista ao Jornal da Manhã, da Rádio Jovem Pan Curitiba, Cascavel e Ponta Grossa, na manhã da segunda-feira (8). A aprovação do texto no Senado pode ser atrapalhada por uma decisão da ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal). Na sexta-feira (5), a magistrada suspendeu o pagamento das emendas de relator. A liminar será submetida ao plenário virtual do Supremo na próxima terça-feira (9), para que os demais ministros referendam ou não a decisão. Fonte: Poder 360

Bolsonaro anuncia até quarta filiação ao PL. Jair Bolsonaro já bateu o martelo e anuncia o seu ingresso no PL, de Valdemar Costa Neto, entre segunda e terça. Bolsonaro não só já comunicou sua decisão a Valdemar, como também já informou os caciques do PP do seu destino partidário. Desde o início de 2021, Bolsonaro vinha negociando com diversas legendas. Nas últimas semanas, apenas PP, PL e Republicanos disputavam o seu passe. Fonte: O Globo

Por sabatina de André Mendonça, senadores avaliam reunir CCJ do Senado sem a presença de Alcolumbre. Senadores favoráveis à realização da sabatina de André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF), avaliam que, em último caso, poderão realizar uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sem o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que permanece resistente à indicação do ex-advogado-geral da União. O regimento da Casa prevê a possibilidade de haver sessão mesmo sem o consentimento do senador que comanda a comissão. De acordo com o regimento, a CCJ deve se reunir todas as quartas-feiras. Para isso, basta haver um quinto dos membros presentes. Fonte: O Globo

Moro é visto como incógnita por partidos e é tratado com desconfiança. Dirigentes de partidos de centro e centro-direita que buscam alternativa em 2022 a Jair Bolsonaro (sem partido) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dizem que o ex-juiz Sergio Moro pode até ter mais visibilidade na chamada “terceira via”,

mas é uma incógnita, o que dificultaria alianças eleitorais. O diagnóstico é que, após a eleição de Bolsonaro, as legendas estão receosas de apostar em nomes cuja trajetória política seja desconhecida. Por outro lado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou na segunda-feira (8) que o ex-ministro Sergio Moro "sempre teve um propósito político". Fonte: Folha de S. Paulo

Vice-presidente da Câmara vai apresentar projeto para tornar emendas de relator mais transparentes.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara, anunciou nesta segunda-feira que apresentará um projeto de resolução para definir a publicidade das emendas de relator ao Orçamento (classificadas de RP9), que a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que tenham o pagamento suspenso, causando um impasse com o Legislativo e Executivo. "As emendas RP9 devem ter critérios de distribuição e total transparência com publicidade de objeto, deputado que indica e Estado ou município beneficiado", disse Ramos no Twitter. Fonte: Valor Econômico

Economia

Qual é o real impacto da redução de 10% da tarifa de importação na inflação? O governo brasileiro decidiu reduzir em 10% as alíquotas de importação de 87% do universo tarifário, ou seja, do total de itens tributados com o Imposto de Importação. O argumento foi que a abertura do mercado para esses produtos — como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção — é importante "para aliviar uma das consequências econômicas negativas da pandemia da Covid-19, que foi o aumento dos preços em diversos setores da economia e para o consumidor final". Especialistas, porém, acham que o efeito será limitado. — Num momento como o atual, em que temos pressão inflacionária forte na economia brasileira, gostaríamos de dar um choque de oferta, facilitando a entrada de importações para dar uma moderação nos reajustes de preços. É um momento ideal para fazer abertura, ainda que tímida, da economia — disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, pouco antes do anúncio da medida, em conferência de comércio e serviços do Mercosul, promovida pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Fonte: O Globo

Comissão aprova proposta que torna obrigatória a divulgação de todos os tributos diretos em notas fiscais.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna obrigatória a divulgação, em documentos fiscais, de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidem diretamente nos bens e serviços, em todas as etapas das operações no mercado interno e na importação. Foi aprovado o parecer favorável do relator, deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), ao [Projeto de Lei 1953/19](#), do deputado Helio Lopes (PSL-RJ). O texto altera a [Lei da Transparência Fiscal](#), que trata, entre outros, de ICMS (estadual), ISS (municipal), IPI, Imposto de Importação e Cofins (federais). Fonte: Agência Câmara

Taxação a múltiplos pode gerar receita de até US\$ 2,7 bi por ano ao Brasil.

O novo arcabouço tributário global, que estabelece regras de tributação de multinacionais, pode gerar um ganho de arrecadação entre US\$ 2,04 bilhões e US\$ 2,68 bilhões ao ano. A estimativa foi feita pelo especialista em tributação Rodrigo Orair, em nota técnica para a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES), antecipada ao Valor. O acordo para tributação de multinacionais teve sua última etapa política concluída no G20, realizado em outubro, e foi referendado por 136 dos 140 países que fazem parte do fórum multilateral que discute as regras de tributação das companhias multinacionais, o OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting (IF/BEPS). Para Orair, que é pesquisador licenciado do Ipea, apesar de ser uma evolução, o novo arcabouço não enfrenta o problema da disparidade de renda entre os países. Fonte: Valor Econômico

Guedes: Brasil quer aproveitar presidência do Mercosul para avançar com modernização do bloco.

O Brasil quer aproveitar a presidência pro tempore do Mercosul para avançar com a modernização do bloco, inclusive na digitalização, disse nesta segunda-feira o ministro da Economia, Paulo Guedes, no seminário Mercado Digital Regional do Mercosul, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Cepal. A modernização do bloco passa também por dimensão tarifária, acrescentando que isso tem sido trabalhado com os sócios. Ele disse que, este ano, o comércio digital no Brasil está 72% acima dos níveis observados em 2020. "Já estamos saindo da pandemia e o crescimento da dimensão digital continua avançando", disse.

O Brasil é o 4º maior mercado digital do mundo, ressaltou. O ministro destacou que, no Mercosul, já existe um acordo que trata do comércio digital. Foi assinado em abril passado. Fonte: Valor Econômico

Corte no imposto de importação visa conter inflação e pode virar permanente, diz secretário. A redução temporária das alíquotas do Imposto de Importação pelo Brasil foi tomada neste momento pela "urgência" gerada pela inflação, afirmou o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt. "A medida busca atenuar as consequências para os mais pobres, que estão sofrendo com a inflação", afirmou. Segundo ele, nada foi feito de forma "atabalhoada, que não permitisse a adaptação" da indústria nacional. Hoje, o Brasil anunciou uma redução unilateral e temporária de 10% das alíquotas do Imposto de Importação para cerca de 87% do universo tarifário. A mudança valerá até 31 de dezembro de 2022. Há pouco menos de um mês, os governos brasileiro e argentino anunciaram um acordo para um corte dessa ordem na Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. A proposta ainda precisava passar pelo crivo dos outros membros do bloco. Fendt disse que o Brasil de forma alguma desistiu de negociar com o Mercosul e que, assim que houver consenso com o Uruguai, a redução nas tarifas de importação deve começar a valer para todos os países do bloco e de forma permanente. Fonte: Valor Econômico

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (10), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está a retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a lei que reconheceu formalmente as centrais sindicais e a destinação do imposto sindical. Na quinta (11), o Plenário julga o Recurso Extraordinário que discute se a indenização prévia por imóvel desapropriado por necessidade ou utilidade pública é compatível com o regime de precatórios. Na terça (9) e na quarta-feira (10), o Plenário julga virtualmente as ações que pedem a suspensão da execução orçamentária das chamadas emendas de relator. Fonte: STF

Rosa Weber suspende execução de emendas do relator. A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão integral e imediata da execução dos recursos oriundos das chamadas "emendas do relator" relativas ao Orçamento Geral da União deste ano, até que seja julgado o mérito das ações que questionam a prática no Congresso Nacional. A ministra determinou, ainda, que sejam tornados públicos os documentos que embasaram a distribuição de recursos provenientes dessas emendas nos orçamentos de 2020 e deste ano. A decisão estabelece ainda que sejam adotadas medidas de transparência para que todas as demandas de parlamentares voltadas à distribuição de emendas do relator-geral do Orçamento, independentemente da modalidade de aplicação, sejam divulgadas. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse ao G1 foi uma "interferência do Judiciário no Legislativo" a decisão da ministra Rosa Weber. Fonte: Agência Brasil e G1 Notícias

STF tenta costurar solução intermediária sobre orçamento paralelo. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tentam costurar, nos bastidores, uma solução intermediária para o julgamento sobre a liminar concedida pela ministra Rosa Weber, que suspendeu o pagamento das chamadas emendas de relator. O caso vem sendo chamado de orçamento secreto. A liminar vai começar a ser julgada nesta terça-feira (09), em sessão virtual do plenário do STF. As emendas de relator foram utilizadas pelo governo Jair Bolsonaro para montar uma base de aliados no Congresso, com o repasse de verbas milionárias em troca de fidelidade nas votações. Em 2021, foram R\$ 16 bilhões destinados pelo Congresso para este fim. Fonte: Valor Econômico

PGR defende prorrogar inquérito que apura suposta prevaricação de Bolsonaro no caso Covaxin. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou na sexta-feira (5) ao Supremo Tribunal Federal (STF) de maneira favorável ao pedido de prorrogação, por 45 dias, do inquérito que apura se o presidente Jair Bolsonaro cometeu o crime de prevaricação no caso da vacina Covaxin. As investigações têm como ponto de partida os depoimentos à CPI da Covid do funcionário do Ministério da Saúde Luís Ricardo Miranda e do irmão dele, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF). O parlamentar e o funcionário da pasta disseram ter relatado a Bolsonaro as suspeitas envolvendo as negociações para aquisição da Covaxin, vacina contra a Covid-19 produzida na Índia. Prevaricação é um crime contra a administração pública e ocorre quando um funcionário

público, tomando conhecimento de supostas irregularidades, deixa de comunicar a suspeita às autoridades – à Polícia Federal e ao Ministério Público, por exemplo. Fonte: G1 Notícias

Barroso envia à PGR pedido de investigação sobre suposta prática de rachadinha no gabinete de Alcolumbre. O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou à Procuradoria-Geral da República o pedido de investigação sobre suposta prática de "rachadinha" no gabinete do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP). De acordo com uma reportagem divulgada pela revista "Veja", Alcolumbre empregou funcionárias fantasmas por cinco anos. Ainda, segundo a publicação, o ex-presidente do Senado desviou pelo menos R\$ 2 milhões com a prática de "rachadinha". A "rachadinha" é uma prática irregular que consiste na contratação de alguém para trabalhar em um gabinete parlamentar em troca da devolução de parte do salário que o servidor ganharia oficialmente. Na prática, a maior parte do salário fica com o parlamentar. Fonte: G1 Notícias

STF chancela ordem para teles entregarem dados de quem passou trote. O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou válida lei do Estado do Paraná que obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a informar os dados dos proprietários de linhas telefônicas que passarem trotes telefônicos e acionarem indevidamente os serviços de atendimento de emergência. Por unanimidade, o colegiado entendeu que a norma está dentro da competência do estado para cuidar da segurança pública. A questão foi examinada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4924, ajuizada pela Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel) contra a Lei estadual 17.107/2012, que instituiu multa por trote e acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres. Para viabilizar a aplicação da penalidade, a lei estabelece que os atendentes devem anotar o número do telefone que comunicou a ocorrência e, caso se constate o trote, as operadoras devem fornecer os dados do proprietário da linha que originou a ligação. Fonte: Convergência Digital

STJ retoma no dia 9 julgamento de recurso de Flávio Bolsonaro sobre rachadinhas. A 5ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) retoma na terça-feira (9) o julgamento de recurso do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) para anular as decisões do caso das "rachadinhas". A análise foi iniciada em setembro, mas acabou suspensa por um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro João Otávio de Noronha. Flávio recorre de decisão do próprio STJ que em março rejeitou um pedido para anular as decisões proferidas pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. O magistrado foi responsável pela maior parte das medidas autorizadas na investigação quando ela tramitou em 1ª instância. Fonte: Poder 360

Covid-19

MPT recomenda exigir comprovante de vacinação no ambiente de trabalho. O Ministério Público do Trabalho (MPT) orientou os empregadores a exigir comprovante de vacinação de seus empregados, colaboradores e demais pessoas que desejarem entrar no ambiente de trabalho. Essa orientação consta de uma [nota técnica](#) divulgada na sexta-feira (5). No documento, o órgão pediu aos empregadores que "procedam à exigência da comprovação de vacinação de seus trabalhadores e trabalhadoras (observados o esquema vacinal aplicável e o cronograma vigente) e de quaisquer outras pessoas (como prestadores de serviços, estagiários etc), como condição para ingresso no meio ambiente laboral, ressalvados os casos em que a recusa do trabalhador seja devidamente justificada, mediante declaração médica fundamentada em contraindicação vacinal descrita na bula do imunizante". Fonte: Agência Brasil

Último Foco

Primeiro leilão do 5G movimenta R\$ 47 bilhões. O leilão do 5G, para selecionar as operadoras de serviços de conectividade utilizando a quinta geração da telefonia móvel, arrecadou R\$ 47,2 bilhões. O valor ficou abaixo dos R\$ 50 bilhões previsto inicialmente pelo governo, pois nem todos os lotes foram arrematados. A informação foi divulgada na sexta-feira (5) pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) após o

encerramento da análise das propostas. De acordo com o órgão, ainda assim, considerando as faixas contratadas, houve ágio (valor acima do previsto) de R\$ 5 bilhões, cerca de 12%. Nos próximos dias, o governo e a Anatel devem decidir se esse valor total será destinado como outorga ao governo ou se serão revertidos em investimentos no setor. Fonte: Agência Brasil

Comissão vota projeto de criação do Sistema Nacional de Educação A reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), agendada para quinta-feira (11), tem como item único de votação o Projeto de Lei Complementar (PLP) que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE). O objetivo da proposição é alinhar e harmonizar políticas, programas e ações da União, estados e municípios em articulação colaborativa na área educacional. O PLP 235/2019, de autoria do senador Flávio Arns (Podemos-PR), será votado na forma de substitutivo do relator, senador Dário Berger (MDB-SC), e será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir para o Plenário. Fonte: Agência Senado

Brasil tem maior déficit de profissionais de cibersegurança. Em um intervalo de 15 dias, no mês de outubro, o cibercrime fez três vítimas de peso sinalizando que o ritmo de ciberataques vem aumentando no país, assim como a demanda por profissionais de segurança da informação. Neste ano, o Brasil alcançou uma defasagem de 441 mil profissionais do segmento, a maior entre 14 países avaliados pela (ISC)², organização sem fins lucrativos especializada em treinamento e certificações para profissionais de segurança cibernética. Os Estados Unidos estão em segundo lugar com uma demanda não atendida de 377 mil profissionais. O estudo divulgado na semana passada estima que 4,19 milhões profissionais de segurança cibernética atuem em todo o mundo, o que representa um aumento de mais de 700 mil pessoas na comparação com o ano passado. No entanto, diante do avanço das ameaças digitais durante a pandemia, a (ISC)² sugere que essa força de trabalho especializada precisa crescer 65% sobre o contingente atual para proteger, efetivamente, os ativos críticos das empresas. Fonte: Valor Econômico

Especialistas apontam caminhos para recuperar a educação do país. Especialistas participantes de audiência pública promovida na sexta-feira (5) pelo Senado apontaram alguns caminhos que poderão ajudar o país a superar os efeitos perversos da pandemia da covid-19 na educação do país. Na avaliação dos expositores, as deficiências acumuladas mostram não só a desigualdade no ensino do país, mas a necessidade de inclusão social e de revisão do formato adotado para aprendizagem. Na avaliação da diretora-geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, antes de tudo é necessário ao poder público, às famílias e a todos envolvidos no processo educativo do país, desenvolver o “sentido de urgência” no resgate das aprendizagens perdidas. Fonte: Agência Brasil

Dois coordenadores do Inep pedem exoneração. Dois coordenadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) pediram demissão: o coordenador-geral de Logística da Aplicação, Hélio Júnio Rocha Moraes, e o coordenador-geral de Exames para Certificação, Eduardo Carvalho Sousa. Os pedidos foram registrados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). As duas coordenações estão ligadas à realização de avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que será nos próximos dias 21 e 28, e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), entre outros. Fonte: Agência Brasil

Mercado dos disparos em massa resiste ao cerco do TSE e do Congresso contra fake news. Enquanto Legislativo e Judiciário buscam apertar o cerco contra os disparos em massa, em meio às preocupações com a eleição do ano que vem, o mecanismo mais propício à disseminação de fake news no pleito de 2018 segue sendo ofertado a preços acessíveis — os valores partem de R\$ 0,05 por conteúdo enviado — e com propaganda livre inclusive nas plataformas que tentam combatê-lo. O WhatsApp, principal aplicativo em operação no país, tem regras para banir a prática e costuma acionar a Justiça contra empresas vendedoras do serviço, que, no entanto, é apresentado até em anúncios e páginas no Facebook e Instagram, como constatou a reportagem do GLOBO — as três plataformas pertencem à mesma controladora, a Meta. Fonte: O Globo

TSE cobrará código de conduta das plataformas e vai monitorar Telegram. A menos de um ano para as eleições presidenciais de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já começou a se preparar para combater a propagação de notícias falsas durante o pleito — considerado atualmente, entre os magistrados que integram

a Corte, o maior desafio da eleição. Entre as ferramentas que serão adotadas pelo tribunal para enfrentar as fake news estão a publicação de duas resoluções e a ampliação de parcerias com as redes sociais, como o YouTube. Uma das resoluções planejadas para o próximo ano vai endurecer as regras para que as plataformas digitais tenham mais responsabilidade para conter a disseminação das fake news. A ideia é que cada uma delas tenha políticas de conduta para candidatos e atores influentes nas eleições de 2022. Uma outra portaria deve estabelecer medidas contra a conhecida estratégia de disparos em massa, que levou o presidente Jair Bolsonaro a ser julgado pela Corte em outubro — e absolvido por falta de provas de que eles tenham sido decisivos para a sua eleição. Fonte: O Globo

Cancelado debate sobre cortes de verbas para pesquisa na área de ciência e tecnologia Foi cancelada a audiência pública prevista para a quarta-feira (10) para discutir os recentes cortes no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O debate seria realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado Aliel Machado (PSB-PR). Fonte: Agência Câmara

Debatedores defendem ensino integral para combater defasagem causada pela pandemia A adoção do ensino médio em tempo integral, segundo especialistas em educação, pode ser uma boa estratégia para tentar recuperar os prejuízos na aprendizagem decorrentes da pandemia do coronavírus. Participantes de audiência pública sobre o tema na Comissão de Educação da Câmara nesta sexta (5) ressaltaram que problemas como deficiências em Português e Matemática, falta de compreensão de textos e evasão escolar já existiam antes, mas foram agravados pela crise sanitária. Fonte: Agência Câmara

Depois da pandemia, startups esperam revolução da telemedicina. De aplicativos de saúde mental a capacetes que administram remotamente descargas elétricas no cérebro de um paciente, as startups na Web Summit de Lisboa apostam em uma revolução na telemedicina assim que o mundo deixar a pandemia para trás. Usar tecnologia para tratar pacientes virtualmente tem sido um dos temas de destaque numa das maiores conferências de tecnologia, que regressou a Lisboa esta semana depois da edição online de 2020 devido à Covid. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministro diz que mercado digital é importante para modernizar Mercosul. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na segunda-feira (8) que o mercado digital é fundamental no processo de modernização do Mercosul para ampliar a capacidade de resposta a novos arranjos de integração global. “Temos que incluir essa pegada digital”, disse, sobre criar um mercado atraente e moderno para os negócios. Guedes falou na abertura do seminário O Papel do Mercosul na Promoção do Comércio Eletrônico Transfronteiriço e na Construção do Mercado Digital Regional, um evento virtual promovido pela presidência pro tempore do Brasil no bloco, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Fonte: Agência Brasil

Edital garante R\$ 2 mi para impulsionar negócios criativos. Voltado para impulsionar a concretização de projetos criativos em Mato Grosso, o edital Starter MT Criativo está com inscrições abertas até 30 de novembro. Podem participar pessoas e empresas, com ou sem fins lucrativos. Ao todo, serão investidos R\$ 2 milhões do Governo de Mato Grosso, distribuídos em 40 projetos selecionados. “Starter tem o conceito de começo, a arrancada, o impulsionamento dos criativos para que se tornem empreendedores. Assim, o edital é voltado a projetos de criação e/ou desenvolvimento de produtos ou serviços da cadeia produtiva da economia criativa em Mato Grosso. As propostas serão selecionadas nas áreas mundo das artes, negócios digitais e criações funcionais”, destaca a superintendente de Desenvolvimento da Economia Criativa da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), Keiko Okamura. Fonte: Gazeta Digital

Tecnologia 5G vai revolucionar e desenvolver áreas como agropecuária, saúde e educação no Brasil. O leilão para a escolha das empresas que vão operar a tecnologia 5G no Brasil foi concluído na última sexta-feira (5/11). Das faixas de radiofrequência disponibilizadas, 85% foram arrematadas com ofertas que somaram cerca de R\$ 47,2 bilhões. Desse total, mais de R\$ 39,8 bilhões serão revertidos em investimentos para ampliar a infraestrutura de conectividade no Brasil. A nova tecnologia deve revolucionar e desenvolver diversas áreas como agropecuária, saúde, infraestrutura e gestão de cidades inteligentes, além da educação. O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, falou sobre o assunto. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

União perderia R\$ 2,5 bi sem a Desoneração da Folha de Pagamentos. O governo federal tem tratado a política de Desoneração da Folha de Pagamento como um gasto fiscal – condicionando a prorrogação da política à aprovação, por exemplo, da Proposta de Emenda à Constituição 23/2021, a PEC dos Precatórios. De acordo com estudo da Brasscom, entretanto, ao mesmo tempo em que há uma renúncia fiscal de R\$ 10,41 bilhões, também está atrelada à desoneração uma arrecadação compensatória de R\$ 12,95 bilhões. Fonte: Tiinside

Facebook Papers: conteúdos tóxicos têm alcance maior no Brasil, mostram documentos da empresa. Documentos internos do Facebook, obtidos pelo Estadão, mostram que o alcance de conteúdos tóxicos como discurso de ódio, desinformação, violência explícita e desencorajamento cívico no Facebook são “particularmente maiores no Brasil, comparado a outros aplicativos”. A informação aparece nos “Facebook Papers”, um pacote de documentos da empresa vazados para um consórcio internacional de veículos de imprensa, incluindo Estadão, New York Times, Washington Post, Guardian e Le Monde. As revelações fazem parte de divulgações feitas à Securities and Exchange Commission (SEC, na sigla em inglês), órgão regulador das empresas listadas em bolsa nos Estados Unidos. As informações foram fornecidas ao Congresso de forma editada pelo consultor jurídico de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook que coletou pesquisas internas da rede social após pedir demissão em maio deste ano por discordar das atitudes da companhia. Fonte: O Estado de S. Paulo

Eleições 2022: MPF abre investigação sobre como redes sociais enfrentam fake News. A menos de um ano das eleições, o Ministério Público Federal (MPF) abriu na segunda-feira, 8, uma investigação formal sobre a postura das redes sociais e aplicativos de mensagem no enfrentamento de notícias falsas e violência digital. A apuração atinge as empresas responsáveis pelo Whatsapp, Telegram, Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e YouTube. Um dos pontos centrais do inquérito será o financiamento de fake news. “Muitas vezes carece de transparência e faz com que a viralização de posts e mensagens, de forma organizada, ultrapasse os limites da liberdade de expressão”, afirma o MPF. Fonte: Portal Uol

Escolas públicas terão R\$ 3,1 bilhões para conexões em banda larga. Com a conclusão da sessão de lances no leilão do 5G, os 19 lotes vendidos na em 26 GHz – R\$ 352,85 milhões em outorgas – obrigam as seis empresas que adquiriram nacos dessa faixa a aportarem R\$ 3,1 bilhões para a implantação de conexões em banda larga em escolas públicas. O valor é bem menor que os R\$ 7 bilhões previstos se fossem vendidos todos os lotes dessa fatia do espectro, mas a Anatel sustenta que jamais houve efetiva expectativa de que todos seriam adquiridos. “Essa é uma faixa exploratória, na qual os modelos de negócio ainda estão em desenvolvimento”, disse o superintendente de Competição da agência, Abraão Silva, que presidiu o leilão do 5G. Ele lembrou que nem mesmo existe um valor para a conexão de todas as escolas, pois esse é um compromisso que depende de um plano de investimentos a ser definido pelo MEC. Fonte: Convergência Digital

Entidade de consumidores vai à Justiça pela suspensão nacional do uso do Pix. A Associação – Instituto do Consumidor C+, de João Pessoa, na Paraíba, protocolou a primeira Ação Civil Pública contra o Banco Central do Brasil para suspender operações feitas pelo meio de pagamento Pix. A entidade alega que não há segurança nesse tipo de operação. E mais: argumenta que há violação aos direitos e interesses dos consumidores e usuários da ferramenta de pagamento instantâneo. A ação foi protocolada em Brasília e vale para todo território nacional. A ação sustenta que “as transações via PIX são irreversíveis, não sendo possível cancelar a sua realização após a confirmação da operação, posto que os valores são instantaneamente transferidos da conta corrente do usuário e enviado para a conta corrente do golpista”. Fonte: Convergência Digital

Campina Grande recebe área de demonstração de Cidades Inteligentes. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a prefeitura de Campina Grande (PB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) inauguraram, na sexta-feira (5), o projeto de Cidades Inteligentes em Campina Grande. A iniciativa instalou tecnologias para modernizar a gestão da segurança pública da região central da cidade. O recurso que garantiu a implantação do projeto é da Sudene e envolveu investimentos de R\$ 2 milhões. A execução do projeto é da ABDI. A prefeitura é a responsável pela definição da área e por garantir todo apoio necessário para a implantação dos equipamentos. O projeto conta com a instalação de 20 câmeras de vídeo monitoramento; software de reconhecimento facial com inteligência artificial; servidor para armazenamento de imagens; e quatro câmeras capazes de identificar placas de veículos, operadas a partir do Centro de Comando e Operações da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos. Os

equipamentos contam com tecnologia de inteligência artificial e serão um reforço para a gestão da segurança do município paraibano. Fonte: ABDI

UnB vai estudar o impacto da Open Ran nas redes brasileiras. O Conselho Diretor da Anatel decidiu, na semana passada, contratar a Universidade de Brasília (UnB) para realizar 10 estudos profundos sobre os impactos da implantação de rede Open RAN no Brasil. O contrato prevê pagamento de R\$ 2,97 milhões e desenvolvimento dos relatórios ao longo de 24 meses. A contratação é resultante de proposta feita no âmbito do grupo de trabalho sobre o assunto, em funcionamento na agência desde abril e coordenada pela Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação. O GT fez seu próprio relatório, divulgado recentemente, o qual concluiu que o padrão aberto ainda demora cinco anos para ganhar maturidade. O material será usado pela Anatel para propor regulamentos ou maneiras de fomentar o avanço da tecnologia no país. Os estudos se dividem em três eixos: regulatório, econômico e tecnológico. Fonte: Tele Síntese

Telegram terá versão paga para quem não quer ver publicidade. Com a chegada dos anúncios ao Telegram, usuários poderão pagar uma assinatura para não serem incomodados por propaganda dentro do app. A novidade foi divulgada pelo CEO do aplicativo, Pavel Durov, em seu canal. Segundo ele, os anúncios aparecerão em canais com mais de mil usuários, e um serviço de assinaturas será lançado ainda neste mês. Durov não informou quanto custará a assinatura que permite que os usuários bloqueiem os anúncios no Telegram, mas afirmou que ela será de baixo custo e ajudará o aplicativo a seguir em desenvolvimento. Fonte: Portal IG

Comércio eletrônico projeta participação recorde nas vendas do varejo com Black Friday, apesar de crescimento menor. Após o salto histórico registrado no ano passado, as vendas pela internet continuam ganhando espaço no varejo nacional – e, mesmo em meio a um cenário de disparada da inflação e de maior cautela dos consumidores, o comércio eletrônico projeta alcançar uma nova participação recorde nas vendas totais das lojas brasileiras neste mês de Black Friday. De acordo com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), as vendas online já correspondem a mais de 11% do setor varejista no país e a projeção é que a participação atingirá em novembro a marca recorde de 18,7% das vendas totais do comércio no Brasil. Fonte: G1 Notícias

Anfavea: normalização no abastecimento de chips só deve acontecer em 2023. A Anfavea, associação das montadoras, avaliou na segunda-feira (8) que as dificuldades no fornecimento de componentes eletrônicos devem se estender ao longo de todo o ano que vem, revisando um prognóstico que, até então, apostava em normalização até meados de 2022. "Estávamos considerando estabilização a partir do segundo semestre de 2022, porém temos uma atualização indicando que isto só deve acontecer em 2023. Portanto, 2022 continuará sendo um ano de grandes desafios na questão da entrega de semicondutores chips ao setor automotivo", comentou o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, em entrevista coletiva. A previsão tem como base um acompanhamento periódico que vem sendo feito pela consultoria Boston Consulting Group (BCG) e que agora estima em mais de 5 milhões de unidades o total de veículos que deixarão de ser produzidos no mundo inteiro no ano que vem em razão da falta de componentes eletrônicos. A regularização completa do abastecimento de semicondutores, o item que para as fábricas de carros, não deve acontecer antes de 2023, segundo conclusão do estudo. Fonte: Jornal do Comércio

Vinte e oito funcionários do Inep pedem demissão dias antes do Enem. Às vésperas da primeira prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), 28 coordenadores pediram demissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pela realização do exame, nesta segunda-feira. Segundo a Associação dos Servidores do Inep (Assinpe), mais demissões devem ocorrer ao longo desta segunda. Os servidores enviaram uma carta de demissão justificando que as decisões sobre o Enem não são tomadas utilizando critérios técnicos. No texto, eles destacam que "não se trata de uma posição ideológica ou de cunho sindical", mas alegam "fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep". Fonte: Correio do Povo